

## Uma Lição Americana

Sebastião Machado Filho

Professor Titular da Faculdade de Direito da UnB - Doutor em Direito

“A nação que se entrega a um ódio ou a uma estima habitual por outra é, em certo grau, escrava. É escrava de sua animosidade ou de sua afeição.”

**George Washington**

Primeiro Presidente dos Estados Unidos da América, *apud* Alexis de Tocqueville, *A Democracia na América*, Ed. Itatiaia, BH., 1962, pp. 176-177.

za moral, porquanto não existe política sem conotação ética. Como no Direito, não há falar em neutralidade axiológica em Política. Justo porque a Política não é só um produto do homem como, também, é o homem mesmo, partindo-se da consideração aristotélica de que o homem é um *zoon politikon* por natureza, no exato sentido de que vive numa *polis*, isto é, como cidadão membro de uma cidade, como observou MARX, Karl (“*El Capital*”, trad. W. Roces, Ed. F.C.E., México, 1946, T. I, V. 1, cap. XI, p. 363, nota n. 13), fora da qual é um deus ou um animal feroz.

Quando se fala em “crise política”, em verdade, se trata de uma crise do próprio homem e, não, da política em si. Crise moral. A crise política é uma crise moral **do homem**. A crise não é **política** nem está **na política** em si mesma, mas **é do** e **está no homem**, em si mesmo. Está **dentro** do homem e **fora** da política. Por certo, não existe assunto mais importante do que o da eticidade do ser humano em geral e, em particular, daqueles que atuam no governo da Nação como representantes do povo, eleitos ou não, detentores de poder decisório. Um problema de caráter, de natureza cultural e religiosa.

Em matéria de “crise política” - na expressão de George SANTAYANA - “o grande problema não é saber se somos capazes de transformar o mundo inteiro, mas saber se podemos fazer alguma coisa das nossas próprias vidas. Seremos capazes de as tornar mais humanas e mais belas?” (WESEP, H.B., “*A História da Filosofia Americana*”, Ed. Fundo de Cultura, Rio, S. Paulo, Lisboa, 1966, p. 342). Mais: se somos capazes de realizar uma política digna de homens dignos. Seremos todos - e os políticos em primeiro plano, já que se propõem a cuidar da saúde social - capazes de criar biografias condignas que nos auxiliem a aprimorar nossa cultura, a nossa razão e o nosso espírito, enfim, a nossa humanidade, de modo que possamos nos orgulhar de ser quem somos? Ou valerá mais

mais? Um Brasil... **um país às avessas?** Um país em que os corruptos mandam e os homens de bem obedecem?

Não se trata de achar uma solução teórica para um problema prático, mas - ao contrário - de encontrarmos uma solução prática para um problema teórico. Em outras palavras, um meio objetivo para uma mudança subjetiva de caráter. Nesse sentido, a **filosofia do pragmatismo** poderá servir de instrumento adequado para o alcance dessa meta, ainda que possa estar - segundo alguns de seus críticos - contaminada pelo vírus do utilitarismo empírico próprio do liberalismo do *laissez faire laissez passer*, do “*laissez à quelqu’un à faire quelque chose*”... mas, contanto que as pessoas sejam responsáveis pelas conseqüências de seus atos ilícitos e imorais. De qualquer modo, historicamente, parece não haver outro caminho a seguir. Pelo menos para qualquer comunidade que, no mínimo, não pretenda descartar a democracia como forma de convivência.

Pontuou Ralph Waldo EMERSON: “é preciso ter a coragem de ser o que se é e viver de acordo com isso, enfrentando os problemas de hoje e resolvendo todos eles, não em um futuro indeterminado, mas hoje mesmo.” (WESEP, H.B., “*Ob. cit.*”, p. 82). EMERSON está aqui aconselhando que precisamos deixar de admitir e até mesmo de dizer que “o Brasil é um país do futuro...”. Deixar de olhar para trás, e “*exteriorizar as forças ocultas do desenvolvimento e da autoconfiança e estar sempre prontos para ser diferentes, para dar início a coisas novas*”. Deixar de ser “imitadores”. Precisamos ser criativos. Quer dizer: precisamos ser nós mesmos.

Não importa o quanto, no início, possamos sofrer. É o sofrimento que nos calçará de dignidade e orgulho por valorarmos nossa personalidade, deixando florescer em nós o amor próprio e nos impondo o respeito a nós mesmos, para - só dessa maneira - merecer

o respeito do resto mundo. Afinal, como enfatizava William JAMES: “*a vida não pode deixar de ser construída com base na ação, no sofrimento e na criação.*” (WESEP, H.B., “*Ob. cit.*”, p. 163).

Portanto, deve ser desprezada qualquer política que implique qualquer subserviência, notadamente aos interesses econômicos estrangeiros. Este comportamento servil torna-se humilhante, lamentável e, às vezes, até mesmo digno de piedade. E, se adotado por devedores, somente inspira o desrespeito de todos aqueles que se respeitam, a si mesmos e, principalmente, a repugnância dos credores que nunca o adotaram.

A propósito, recentemente, noticiou a imprensa ter o Presidente da República do Brasil dado um pressuroso telefonema ao Presidente dos Estados Unidos, Bill Clinton, no dia 30 de maio de 1995, informando a este que a empresa norte-americana Raytheon vencera a concorrência para o fornecimento de equipamentos necessários à implementação do Sistema de Vigilância da Amazônia (SIVAM) ou controle estratégico desta região - segundo foi revelado pelo jornalista Paulo Henrique Amorim (in “*Jornal Nacional*”, da TV Globo, conforme noticiou o “*Correio Braziliense*”, Brasília, sexta-feira, dia 9 de fevereiro de 1996, Seção “*Política*”, p.5). O fato - a princípio negado, embora não de modo enfático - foi, posteriormente, admitido por um constrangido porta-voz do Palácio do Planalto, diante de um documento incontestável da Casa Branca, que exibira o precitado jornalista, numa segunda reportagem do dia seguinte - como noticiou o “*Correio Braziliense*”, Brasília, sábado, 10 de fevereiro de 1996, Seção “*Política*”, p. 3, sob o título: “*Confirmado: FHC falou com Clinton sobre SIVAM*”. Pois bem, não demorou para que o atencioso presidente brasileiro fosse criticado pelo cientista político norte-americano, Professor da Universidade Estatal de Nova York, James PETTRAS de ser o “*executivo mais aplicado e convincente que os grandes investidores, banqueiros e agribusiness terão neste século.*” (in entrevista a Antônio Carlos SEIDL, sob o título “*FHC é Executivo de Investidor Estrangeiro*”, publicado no jornal “*Folha de São Paulo*”, de segunda-feira, 02 de dezembro de 1996, Seção “*Brasil*”, p. 08).

Fato comprometedor à boa imagem do país no exterior foi a atitude denunciada pelos jornais estrangeiros, como dá conta o jornalista Ari CUNHA (em sua coluna no “*Correio Braziliense*”, Brasília, 12 de novembro de 1996), ao noticiar que: “*O jornal “Le Monde”, da França, dedica matéria de primeira página ao calote dado pelo empresário Olacyr de Moraes, deixando de pagar dívida internacional, não honrada pelo governo brasileiro. O jornal critica a omissão de nosso governo, e acha que o país teve a sua imagem comprometida na área financeira internacional.*” Obviamente, a figura de caloteiro desacredita

qualquer pessoa, mais ainda quando, praticado o ilícito no exterior, se vê envolvido o prestígio do país do autor, resultando comprometido o respeito de todos os cidadãos perante o conceito internacional.

Exemplo de comportamento submisso nos revela o jornalista Carlos LANNOY (“*FHC Define Rumos da Política Externa*”, in “*Correio Braziliense*”, Seção “*Mundo*”, Brasília, quinta-feira, 16 de janeiro de 1997, p. 08), ao abordar - com base nas informações do Secretário-Geral Sebastião do Rego Barros - a eficiência do ensino proporcionado pelo Instituto Rio Branco, após o “**grande esforço**” de “**modernização**” de uma melhor qualificação dos funcionários do Itamaraty. Comenta o referido jornalista que “*Funcionários recém formados e antigos recebem hoje no Itamaraty uma visão do mundo em que os Estados Unidos são a única grande potência. E não há outra alternativa a não ser cultivar as boas relações com os norte-americanos. (...) Portanto, é hora de meditar sobre uma forma positiva de submissão.*” Uma confissão de que, anteriormente, ensinava-se uma “submissão passiva”. A diferença, a partir do atual governo, seria ensinar uma “submissão positiva”, mas de qualquer modo uma “submissão”. Por que “submissão”? Será que os Estados Unidos também adotam esse tipo de ensino para seus novos diplomatas? Obviamente que não. É inacreditável... essa como que hereditária vocação brasileira para a sempre humilhante “submissão...” (negativa ou positiva).

Acrescenta o jornalista LANNOY - como se apontasse uma consequência do ensino da submissão - que *ipsis verbis*: “*Quando o embaixador brasileiro no Peru, Carlos Perez, foi libertado pelos seqüestradores em Lima, ele voltou imediatamente para Brasília e, segundo políticos peruanos, fugiu à negociação dos terroristas. Nunca houve negociação, mas o diplomata ficou com fama de “fujão”.* Na ocasião, os diplomatas brasileiros foram objeto de duras críticas por parte da imprensa nacional e mundial.

Ora, a lição americana está consubstanciada no conselho de EMERSON aos seus conterrâneos norte-americanos, quando enfatizou que “*Há que evitar toda espécie de servil submissão à Europa (...) Já há muito tempo que damos ouvidos às musas palacianas da Europa. (...) Caminharemos com as nossas próprias mãos; falaremos com a nossa própria mente.*” (WESEP, H.B., “*Ob. cit.*”, pp. 115 e 117). Vale a pena dar continuidade a este oportuno ensinamento de EMERSON, costurado sob medida para os povos dos países chamados eufemisticamente “emergentes” ou “em desenvolvimento”, assim arrematado: “*Há de se cuidar do estado de dependência próprio da juventude e da conquista de toda a plenitude da maioridade (...) Para todas as nações adolescentes, todavia, chega sempre um momento em que é preciso enfrentar as res-*

ponsabilidades da vida adulta. (...) É impossível a consolidação da liderança [da soberania frisamos] sem que haja um influxo de confiança em si mesmo. (...) **Não podemos vender a nossa liberdade e o nosso poder a pretexto de poupar a sensibilidade dos “amigos”.** (...) Dizia Pestalozzi: “Me ensinaram que nenhum homem neste mundo de Deus deseja ou é capaz de ajudar qualquer outro homem.” **A ajuda tem que vir toda de dentro do próprio peito.**” (WESEP, H.B., “Ob. cit.”, pp. 116-147-121-122). Parece que Emerson advertia especialmente os brasileiros...

Dando continuidade à preciosa lição americana, já na primeira metade do Século passado (1835-39), Alexis de TOCQUEVILLE (trad. bras. de Neil R. da Silva, Ed. Itatiaia, B. Horizonte, 1962, pp. 176-177) citava uma carta de George Washington aos seus concidadãos, na qual o primeiro Presidente dos Estados Unidos alertava seus conterrâneos para **o grande equívoco do agrado às outras nações nas relações internacionais de qualquer natureza, sustentando a natural indiferença, o mesmo tratamento ou a pronta energia quando necessário.** Eis alguns trechos:

*“A grande regra de conduta para nós, em relação às nações estrangeiras, ao estender nossas relações comerciais, é ter com elas o menor número de laços políticos. A Europa tem um grupo de interesses primários que não têm conosco relação alguma, ou têm muito remota. Por isso, há de viver em freqüentes controvérsias, cujas causas são essencialmente estranhas aos nossos interesses. Por isso, ademais, há de ser imprudente da nossa parte implicar-nos, por laços artificiais, nas vicissitudes ordinárias da sua política ou nas combinações ou nas coalizões ordinárias das suas amizades ou inimizades. Nossa situação isolada e distante permite que sigamos um caminho diferente. Se continuarmos a constituir um povo unido, sob um governo eficiente, não estará muito longe o período em que poderemos dar de ombros à ofensa material de aborrecimento exterior, quando poderemos tomar uma atitude que faça com que a **neutralidade pela qual venhamos a resolver-nos em qualquer tempo seja escrupulosamente respeitada;** quando as nações beligerantes, ante a possibilidade de fazer aquisições contra nós, nem de longe arriscarão a provocar-nos quando poderemos escolher a paz ou a guerra, conforme o nosso interesse, guiado pela justiça, vier a aconselhar. Por que abandonaríamos as vantagens de tão singular situação? **Por que, entretecendo o nosso destino ao de qualquer parte da Europa, prejudicaríamos a paz e a prosperidade nas malhas da ambição, ou da rivalidade, do interesse, do humor ou do capricho europeu? Nossa verdadeira política é livrar-nos de alianças permanentes com qualquer parcela***

*do mundo, isto é, até onde estejamos agora em liberdade para fazer isso.”*

Anteriormente - segundo TOCQUEVILLE - o Presidente WASHINGTON havia advertido que:

*“A nação que se entrega a um ódio ou a uma estima habitual por outra é, em certo grau, escrava. É escrava de sua animosidade ou de sua afeição.”*

Informa-nos TOCQUEVILLE que, posteriormente, o Presidente JEFFERSON foi mais longe, ao introduzir na política exterior americana a máxima de que:

*“Os americanos jamais devem solicitar quaisquer privilégios a nações estrangeiras, a fim de não serem obrigados a conceder eles mesmos privilégios semelhantes.”*

Todas essas lições são extremamente válidas e oportunas, máxime quando se pensa nas recentes humilhações ao brio da nação, sem revide à altura imediato. Mesmo quando os cidadãos brasileiros foram, ostensiva e gravemente, ofendidos em seus direitos e dignidades e sem a menor consideração por países ditos amigos e com quem mantemos tratados e acordos de concessão de direitos recíprocos de cidadania, como é o caso de Portugal. Mas, há outros exemplos como a já “esquecida” agressão sofrida por garimpeiros brasileiros presos pela polícia venezuelana sem qualquer comprovação, e ignorando a invasão do território nacional pelo país vizinho em afronta à soberania nacional, apressadamente, pediu humildemente desculpa consoante a pretensa “natureza pacífica do povo brasileiro” que não consegue disfarçar uma morosa e excessivamente cautelosa diplomacia, para não dizer uma pusilânime política do “deixa disso”, por qualquer outro país não tolerada e prontamente refutada, haja vista a reação da Inglaterra, no caso das ilhas Malvinas; ou a dos Estados Unidos, em Granada, no Panamá e na guerra do Golfo contra o Iraque; da arbitrária decisão da França de efetivar explosões nucleares no Pacífico Sul, sem dar satisfações a quem quer que seja, como se fosse dona do mundo; e, ainda, a resposta de Israel com a operação resgate dos judeus seqüestrados, na África, que motivou até filmes de aventura heróica. Imaginem se o que nos aconteceu tivesse ocorrido com um desses países... Qual seria a atitude desses países, por exemplo, se fosse um de seus nacionais que tivesse sofrido o que suportou uma brasileira em Portugal, “nosso avozinho” carinhoso - na expressão carinhosa de David NASSER - segundo conta a conhecida jornalista Danuza LEÃO, na sua coluna do “Jornal do Brasil”, Rio, sábado, 03-07-93, “Caderno B”, p. 3, *ipsis literis*:

*“DEPOIS RECLAMAM: Maria Costabili, mãe do vereador paulista Faria Lima (PMDB), foi mordida por um cão em Portugal. Levada para o hospital público de Caiscais, esperou oito horas, quando*

foi avisada de que não seria atendida por ser brasileira. Voltou na mesma noite e foi operada, ontem, em São Paulo. Corre o risco de perder o dedo indicador. Em tempo: Maria tinha um assist card, que não adiantou nada. **Quem vai tomar as providências?**

Mas, até hoje, não noticiou a indignada jornalista se obteve ou não resposta à sua pertinente indagação.

Onde está a reciprocidade de nossos “irmãos” (“parentes, serpentes”?) do além mar no tratamento dos dentistas brasileiros em terras lusas... quando exigem destes últimos um novo curso ou um “provão” humilhante? Tal fato também não encontrou nem mesmo o apoio pronto e decisivo em nossa política diplomática, uma vez que a situação vexatória desses profissionais tem persistido além da conta.

A não ser por uma insólita afasia de estranha natureza psicológica, não há como justificar a omissão não apenas de uma simples resposta, mas de uma pronta e enérgica reação a humilhações como essas, em que não somente, foram violados direitos individuais como, ainda, o desacatado prestígio de uma nação soberana que se preza, havendo **acordo formal, expresso e assinado** de igualdade de tratamento, então também desrespeitado por Portugal, com a total indiferença do Brasil. A afronta se agrava se se leva em conta o fraternal tratamento que se costuma dar no Brasil a qualquer estrangeiro e, principalmente, aos bem acolhidos “parentes” portugueses que, aqui, gozam de todos os direitos e privilégios adquiridos na origem como residência permanente com os mesmos direitos que o brasileiro nato (Art. 12, § 1º, da Constituição Federal), sem contrapartida aos brasileiros na Constituição portuguesa tendo o congresso luso, recentemente, rejeitado emenda nesse sentido. Mas nem por isso, o presidente de Portugal Jorge Sampaio - que acabara de sancionar e promulgar a nova Carta Política de Portugal (em 04-09-97), da qual seu próprio Partido Socialista, no governo, e o Partido Social Democrata - nna Assembléia da República - retira da reforma constitucional o artigo que dava aos brasileiros os mesmos direitos que os portugueses têm no Brasil. Não obstante, nem por isso o presidente português deixou de ser recebido com todas as honras, distinções e considerações pelo governo brasileiro, por ocasião de sua visita ao Brasil, iniciada na sexta-feira 06 de setembro de 1997, como convidado especial no Dia da Pátria. E o presidente português não se dignou a dar nenhuma explicação convincente. Não obstante a surpreendente questão fechada da deliberada e intransigente discriminação, da veemente e hostil desconsideração e, enfim, do ostensivo e mesmo agressivo desprezo de Portugal aos brasileiros, a resposta oficial brasileira foi a conformada exteriorização de melífluo lamento com respeitoso reconhecimento da “soberania

da decisão portuguesa”. Com efeito, “O Ministro das Relações Exteriores, Luiz Felipe Lampreia, lamentou a decisão do parlamento português. “É uma coisa que lamentamos ter ocorrido porque não se estabelece assim a reciprocidade com o Brasil que dá aos portugueses todos os direitos. **Mas foi uma decisão soberana.**”, disse” - conforme noticiou sem comentário o jornalista LANNOY, Carlos (“Portugal decepciona o Brasil com Nova Carta - Governo Brasileiro lamenta promulgação da Constituição Portuguesa, que não dá Reciprocidade aos Cidadão dos dois Países”, in “Correio Braziliense”, Seção “Mundo”, Brasília, sexta-feira, 06 de setembro de 1997, p. 9. Também no “Jornal do Brasil”, Seção “Política”, Rio, sábado, 06 de setembro de 1997, p. 2). Ora, onde fica o direito de reciprocidade nas relações internacionais? Qualquer outra nação que se preze trataria de igualar as soberanias, igualando as Constituições...

Ainda recentemente, o caso dos dentistas brasileiros em Portugal voltou a ser tema de Editorial do “Restrição Desleal” (“Correio Braziliense”, Seção “Opinião”, Brasília, terça-feira, 20 de maio de 1997, p. 16), contrário à campanha dos dentistas portugueses de que os dentistas brasileiros não poderiam se credenciar a mais que um registro de dentista **prático**, havendo projeto de lei, neste sentido, prestes a ser votado pelo Congresso português. Denuncia o artigo de fundo que “não é a primeira vez - sobretudo desde que Portugal passou a integrar a União Européia - que tratados de reciprocidade têm sido descumpridos com a menor sem-cerimônia”. E o Brasil, este tem honrado fielmente o acordo cultural de 1966, firmado por ambos países, de garantia da igualdade de direitos. Tanto que, até no Parlamento brasileiro, os portugueses têm acesso, como foi o caso do deputado federal José Lourenço, que chegou a ser até líder do governo Sarney, tendo inclusive - faltando com o decoro parlamentar - agredido fisicamente o deputado Amaral Neto, em plena sessão. E - como anota o referido editorial: “Não há nada de similar em Portugal”. Mas, o governo brasileiro, o que faz? Simplesmente nada.

É elementar, segundo a mínima ética, o dever - mais que o direito - de todo ser humano de fazer da vergonha, do amor próprio, da seriedade e do respeito a si próprio um hábito arraigado. Leve-se em conta o simples fato de que - na expressão da psicologia de William JAMES:

“A vida é uma massa de hábitos práticos, emocionais e intelectuais, sistematicamente organizados para a nossa felicidade ou angústia”, donde devemos “tornar habituais as ações úteis e evitar os caminhos que nos possam ser prejudiciais”, pois: “O hábito torna as coisas mais fáceis, economiza a energia nervosa, diminuindo a atenção consciente que acompanha a realização de nossos atos. A finalidade

de toda e qualquer é antes de mais a sobrevivência. O principal não consiste em saber se somos superiores, mas em saber se seremos capazes de sobreviver”. Concluindo JAMES: “É necessário que promovamos a cooperação entre todos os homens; é esta a nossa única esperança.” (WESEP, H.B., “Ob. cit”, pp. 173-187-189-193).

Do grande educador norte-americano John DEWEY - o renomado filósofo do social *behaviorism*, que também considera a vida um sistema de hábitos, como G. H. MEAD e William JAMES - podemos reter, com proveito, o magistério de que, sendo os **meios** que justificam os fins, o que realmente se torna importante na moral é justamente a descoberta dos meios, como criação de tendências para o bem. DEWEY perguntava se “*será indispensável o estímulo do lucro para que os homens realizem seu trabalho?*” Ele mesmo respondia que “*É urgente um novo exame dos incentivos e motivos. O homem não é capaz de fazer as coisas somente para conseguir prazer ou lucro, pois nenhum homem é intrinsecamente adverso às ações altruístas.*” Admite DEWEY a idéia de que deva existir um **fim supremo** que dirige a conduta humana, eis que: “*quando trabalhamos com a natureza, o elemento divino que está entre nós se fortalece.*” A conduta contrária a tais propósitos, sem dúvida, conduz à frustração. Com muita argúcia, arremata DEWEY que: “*Quando os homens descobrem que não podem fazer coisas que têm capacidade para fazer, o resultado é assumirem em relação ao mundo uma atitude de impotência ou de fraqueza ou então de amargura e de hostilidade.*” É esse o Estado em que, lamentavelmente, sempre esteve e ainda está o Brasil.

Toda a filosofia do **pragmatismo americano** - como vimos - está a nos indicar uma acertada direção, há muito tomada pelos Estados Unidos. Por que não segui-la? Trata-se de uma tese a ser defendida por sustentar o direito de todos e cada um de preservar a honra e dignidade pessoal, inclusive, e, principalmente, contra situações vergonhosas em que, como a de - na advertência de George WASHINGTON - deixar prosperar a escravidão de uma afeição não correspondida.

Ensina Charles Sanders PEIRCE, o iniciador do pragmatismo ou pragmaticismo norte-americano: “*O grande problema moderno consiste em saber quais são as possibilidades de realização de todo e qualquer fato de possível ocorrência no futuro*”; o que, segundo ele: “*implica na possibilidade de que uma parte do que acontece dependa de nossa ação.*” Com PEIRCE, precisamos muito **apreender, assimilar**, que: “*para aprender é preciso desejar aprender; e, além disso, não se satisfazer com aquilo que já se tem a tendência para pensar.*”

Na mesma linha de raciocínio, situa-se a lição do filósofo Alfred North WHITEHEAD, quando frisa

que: “*A vitalidade das sociedades civilizadas é conservada graças à aceitação generalizada da idéia de que vale muito a pena lutar pelos objetivos mais elevados. As sociedades dotadas de maior vitalidade procuram sempre fomentar uma grande variedade de objetivos, o que vai levar os homens a se preocuparem com algo mais que a pura e simples tranqüilidade da recompensa pessoal. Todo e qualquer interesse bastante depressa se torna impessoal, como por exemplo no caso do amor por um trabalho bem feito. Existe um sentimento de harmonia que nasce desse gênero de realização pessoal, a Paz que se origina na luta por qualquer coisa que vale a pena ser feita.*” (WESEP, H.B., “Ob. cit.”, p. 508).

Não estamos a insinuar com isso que devemos fazer comparações, tendo como paradigma os Estados Unidos. Quem conhece esse país, por certo, não se aventurará a tecer um paralelo, salvo como fez Vianna MOOG em sua antológica obra “*Bandeirantes e Pioneiros*” (Ed. Civ. Bras., 12ª. ed. Rio, 1978), de ponto de vista histórico e pedagógico, para o efeito de descobrir as razões de nosso tremendo atraso cultural - de mais de um século - em relação aos Estados Unidos. Os portugueses para aqui vieram, desde logo, após o descobrimento, enquanto a colonização da América do Norte começou 120 anos depois, quando, em 1620, na região então conhecida como Nova Inglaterra, aportou o “*Mayflower*”, em Plymouth, na Baía do Cabo Cod, trazendo os primeiros 102 peregrinos protestantes independentes (ANDRÉ MAUROIS, *História da Inglaterra*, trad. Carlos Domingues, Ed. Pongetti, Rio, 1959, p. 246). O notável livro de MOOG tornou-se um clássico no assunto (não obstante eventuais coincidências com a obra anterior do renomado escritor peruano José Carlos Mariateguy, intitulada “*7 Ensayos de Interpretación de la Realidad Peruana*”, 49ª, Ed. Amauta, Lima, 1987, ps. 14-15).

Não há termos de comparação. Mesmo porque, em resumo, são diferentes as origens dos povos. São culturas e religiões, quando não particulares no conteúdo, peculiares nas formas, embasadas em costumes consolidados em tradições que tipificam os seus respectivos modos de ser.

Contudo, não custa nada aprender essa lição americana, que fez e continua a fazer dos Estados Unidos a grande nação que foram e são.